

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende elevar a arrecadação com cobrança da dívida ativa para R\$ 30 bilhões ou R\$ 35 bilhões em 2016. Segundo o Ministério da Fazenda, a arrecadação da dívida ativa em 2015 foi de R\$ 15 bilhões, dos quais R\$ 7 bilhões por acordos de parcelamentos por parte dos devedores.

O trabalho da PGFN para aumentar a arrecadação faz parte do "Novo Plano de Cobrança da Dívida Ativa". O plano é baseado em sete eixos. O primeiro é a ampliação do protesto da certidão de dívida ativa para médios e grandes devedores, que tem previsão de arrecadação entre R\$ 3 bilhões e R\$ 6 bilhões.

Outro eixo é a cooperação técnica entre o Ministério da Fazenda e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para agilizar processos de mil devedores com maior perspectiva de pagamento de tributos. Os processos totalizam R\$ 25 bilhões, mas a previsão da Fazenda é uma arrecadação de até R\$ 10 bilhões. Além disso, há perspectiva de arrecadar de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões via ação conjunta entre a PGFN, o Incra e a PGF visando a cobrança dos maiores devedores e proprietários de terras rurais da União. Os 26 proprietários das maiores áreas devem R\$ 45 bilhões, segundo a Fazenda.

Há ainda ações para fortalecer a cobrança de devedores com maior possibilidade de recuperação fiscal (R\$ 5 bilhões previstos para arrecadação), monitoramento patrimonial de grandes devedores no **CARF** (R\$ 2 bilhões a R\$ 4 bilhões) e aperfeiçoamento da pesquisa e análise fiscal, com atuação sobre devedores com indícios de fraudes (R\$ 2 bilhões a R\$ 5 bilhões). Para a Fazenda, a reforma do **CARF** e a expectativa de aceleração dos julgamentos em 2016 ampliam as chances.

"Entre as ações do **CARF** para 2016 está a priorização do exame de admissibilidade dos Recursos Especiais para definir se o recurso terá seguimento na instância superior ou passará para cobrança, primeiramente administrativa e, eventualmente, pela PGFN. Brevemente serão sorteadas as turmas ordinárias do **CARF** para julgar ações no valor de R\$ 194 bilhões", informa a Fazenda.

DCI - SP

Governo quer elevar arrecadação com cobrança de dívida ativa

17/12/2015

Caderno Especial

- A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou ontem que pretende aumentar a arrecadação da dívida ativa da União para um valor entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões em 2016, o que corresponde a um aumento de até R\$ 20 bilhões em relação a 2015.

Neste ano, a arrecadação da dívida ativa foi de R\$ 15 bilhões, dos quais R\$ 7 bilhões relativos a parcelamentos. O esforço da Procuradoria está de acordo com o Novo Plano de Cobrança da Dívida Ativa estruturado ao longo do segundo semestre de 2015, que foi desenvolvido para a ampliação do protesto da certidão de dívida ativa para médios e grandes devedores, com arrecadação prevista entre R\$ 3 bilhões a R\$ 6 bilhões.

Outra medida foi a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski, para fomentar e aplicar soluções em regime de parceria entre Poder Judiciário e Poder Executivo, para recuperar com mais agilidade créditos em favor do Estado.

Para isso, um convênio vai estabelecer um plano de trabalho com mecanismos para que os processos de devedores com maior perspectiva de pagamento possam tramitar mais rapidamente.

A procuradoria informou ainda, em nota, que já encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça uma lista dos mil maiores processos em execução fiscal, com garantia e fiança, para agilizar o julgamento. Esses processos totalizam R\$ 25 bilhões. A previsão de arrecadação chega a R\$ 10 bilhões.

A PGFN, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Procuradoria Geral Federal, ligada à Advocacia Geral da União, se uniram para cobrar dos maiores devedores e proprietários de terras rurais da União. Um estudo mostra que 26 proprietários das maiores áreas devem R\$ 45 bilhões. A previsão de arrecadação varia de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões.

O órgão estabeleceu um rating dos grandes devedores, com foco na cobrança dos que têm a maior possibilidade de recuperação com previsão de arrecadação de R\$ 5 bilhões e monitoramento patrimonial de grandes devedores no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), com previsão de arrecadação entre R\$ 2 bilhões a R\$ 4 bilhões. Outra medida prevê maior efetividade nos pedidos de penhora de bens e direitos, com estimativa de arrecadar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 5 bilhões.

A PGFN quer aperfeiçoar as atividades de pesquisa e análise fiscal, com atuação diferenciada em relação aos devedores com indícios de cometimento de fraudes e espera arrecadar de R\$ 2 bilhões a R\$ 5 bilhões.

G1 sp

Senador do PSDB é escolhido relator do processo de Delcídio em conselho

17/12/2015

Ataídes Oliveira (TO) presidiu CPI do Carf; ele foi escolhido nesta quinta. Delcídio do Amaral é investigado por suposta quebra de decoro parlamentar.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foi escolhido, por sorteio, nesta quinta-feira (17) para ser o relator do processo que investiga suposta quebra de decoro parlamentar do ex-líder do governo no Senado Delcídio do Amaral (PT-MS).

No dia 1º de dezembro, a Rede e o PPS apresentaram representação contra Delcídio no Conselho de Ética. O documento, que pede a cassação do mandato de Delcídio, foi protocolado pelos líderes - e únicos representantes - dos dois partidos no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e José Medeiros (PPS-MT). O DEM e o PSDB manifestaram apoio à representação e participaram do ato, mas não assinaram o documento.

Ataídes Oliveira ficou mais conhecido nacionalmente após presidir neste ano a CPI do Carf, que investigou suposta manipulação em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para favorecer empresas investigadas por crimes contra a Receita Federal. A CPI terminou com a aprovação do relatório final, que pede o indiciamento de 28 pessoas, entre conselheiros, assessores, lobistas, e empresários.

Antes da escolha do senador tucano, outros dois senadores foram escolhidos para relatar o processo de Delcídio mas recusaram: Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Otto Alencar (PSD-BA).

Tramitação

O regimento do Senado prevê que, depois de o presidente do conselho admitir a representação, o senador será notificado e terá até dez dias para apresentar a defesa prévia.

O sorteio deve ser entre membros "sempre que possível, não filiados ao partido político representante ou ao partido político do representado", de acordo com o regimento do Senado.

Depois de o senador apresentar a defesa prévia, o relator tem 5 dias úteis para apresentar seu relatório preliminar. Também em um prazo de 5 dias, o Conselho de Ética deve fazer, em votação nominal e aberta, a análise inicial do mérito da representação para ver se há indício da prática de um ato sujeito à perda de mandato.

Se o conselho decidir que há indícios, o processo disciplinar é instaurado e o conselho "procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias". De acordo com o regimento, o conselho poderá inclusive convocar o representado ou denunciado para prestar depoimento pessoal. Se o conselho decidir pela improcedência da representação, ela será arquivada.

Depois, o conselho se reúne para apreciar o parecer do relator. Se o pedido de cassação do mandato for aprovado, o texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa, que tem um prazo de cinco sessões para analisar aspectos constitucionais, legais e jurídicos do documentos.

Depois disso, o processo é encaminhado à Mesa Diretora e tem de ser analisado pelo plenário. Tanto no Conselho de Ética quanto no plenário do Senado, a votação é aberta.

O Sul - RS

Ex-ministra da casa civil Erenice Guerra presta depoimento na polícia federal

17/12/2015

A ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra prestou depoimento na sede da PF (Polícia Federal), em Brasília, na terça-feira. Ela foi ouvida pelo delegado Marlon Cajado, responsável pela Operação Zelotes, que investiga pagamento de propina a integrantes do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e compras de MPs (medidas provisórias).

A ex-ministra é citada na investigação. De acordo com a PF, ela é ligada a dois suspeitos presos no final de outubro: o ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva e o lo-bista Alexandre Paes dos Santos, o APS. "Não podemos dizer que ela [Erenice] é alvo de inquérito, mas ele precisa, sim, prestar esclarecimentos", afirmou um investigador envolvido na Zelotes.

De acordo com o advogado de Erenice, Mario de Oliveira Filho, o depoimento durou aproximadamente quatro horas. A ministra foi questionada sobre a suposta venda de MPs e a respeito de suas relações com José Ricardo da Silva e APS. Segundo Oliveira Filho, ela admitiu ter atuado em parceria com José Ricardo da Silva, após ele sair do **Carf**, quando passou

a trabalhar apenas como advogado. "Ela tinha um cliente e o convidou para trabalhar num caso no **Carf**, já que ele é um advogado respeitado na área. Eles tiveram uma vitória, mas o caso está lá até hoje", afirmou. O defensor da ex-ministra contou ainda que Erenice prestou esclarecimentos relativos às suspeitas de pagamento de propina para aprovação de MPs.